

Maldições, fetiches e comunismo na crítica da economia política

Rodrigo Castelo Branco Santos

Na Era Moderna, a temática da alienação foi um dos focos centrais das artes e das ciências humanas. Livros, músicas, filmes e pinturas retrataram, com argúcia e sensibilidade apuradas, as angústias e sofrimentos dos indivíduos e coletividades na sociedade industrial; sociologia, economia e filosofia analisaram as tensões e contradições derivadas do capitalismo e suas conseqüências alienantes sobre classes e povos de todo o planeta. Muitas das contribuições para a análise da alienação limitaram-se, todavia, ao exame dos seus sintomas e manifestações aparentes, e poucos foram até a raiz e a essência do problema, ficando restritas a certas dimensões e particularidades da alienação. Segundo versões psicologistas (ex.: existencialismo), a alienação é uma condição inata da existência humana, uma espécie de maldição que nós, seres humanos, iremos carregar como um fardo até o resto de nossas vidas, condenadas ao sofrimento eterno.

Na segunda metade da década de 1950, a problemática da alienação veio à tona dentro do marxismo com o interesse de pesquisadores na retomada da leitura dos textos clássicos e originais de Karl Marx – *Manuscritos Econômico-Filosóficos* (1844) e *A Ideologia Alemã* (1846, escrito em parceria com Friedrich Engels) –, publicados a partir da década de 1930. O marxismo desenvolveu a problemática da alienação sob um ponto de vista histórico, analisando o seu nascimento e desenvolvimento nas sociedades organizadas em tornos das classes e o seu possível desaparecimento em uma sociedade comunista. A alienação, por meio dessa teoria, deixa de ser um problema do indivíduo isolado na sociedade para se tornar um produto histórico criado sob certas formas de organização social de produção e reprodução da vida humana. A história do conceito, entretanto, nos remete a um tempo mais longínquo.

O conceito de alienação é uma temática cara à filosofia clássica alemã. Este conceito não apareceu originariamente nos escritos marxianos sob a marca do trabalho e da produção material e ideológica, mas sim no debate sobre a alienação política e religiosa do homem. A alienação é um processo social que ultrapassa as fronteiras do mundo do trabalho, e chega a abarcar diversos elementos da vida humana. Ela não diz respeito apenas ao trabalhador no processo de trabalho, embora esta seja uma esfera fundamental da alienação, mas ao homem enquanto ser universal genérico, atingindo múltiplas esferas do seu comportamento. Ela é, desde o seu aparecimento, uma categoria pluridimensional. Se procurarmos uma definição comum a todas suas dimensões, podemos dizer que objetos materiais ou ideológicos criados por um sujeito, ao se exteriorizarem, dominam e subjugam o seu criador, ganhando vida própria como um ser animado, transformando o sujeito em objeto; coisas e seres humanos trocam de papel e função: enquanto aquele domina, estes são dominados. No caso da alienação política, estamos falando do homem e do Estado; na religião, do homem e de Deus; na economia, do homem e do Dinheiro e, posteriormente, do Capital.

Marx não ignorou a pluridimensionalidade do conceito, discutindo-a nas suas críticas a Hegel e Feuerbach. Ele vai, todavia, buscar a raiz do problema da alienação no processo histórico de formação e desenvolvimento das sociedades de classe, na divisão social do trabalho e no aparecimento da propriedade privada, desde o modo de produção antigo até o capitalista. Podemos dizer que o fenômeno da alienação é, para Marx, um fenômeno histórico que compreende diversas esferas do ser social (política, religião, ideologia) mas encontra sua centralidade na base econômica. Segundo o autor germânico, o processo de alienação econômica tem um duplo caráter, que obedece a ditames sociais da ordem capitalista. Primeiro, o trabalhador é alienado dos produtos do seu trabalhos, que pertencem, privadamente, aos donos dos meios de produção. De sua posse, vende-os no mercado por um determinado valor de troca e retém os ganhos provenientes das vendas. Além da propriedade das mercadorias produzidas, os burgueses também controlam o processo de trabalho no qual o trabalhador está inserido, ganhando um salário em troca da sua humanidade perdida. Os seres humanos, assim,

tornam-se uma mercadoria, e passam a (sub)existir enquanto entidades meramente biológicas, como os animais, sendo aliados da sua humanidade.

A alienação econômica, entretanto, não se esgota neste duplo caráter da alienação econômica – logo, não deve ser reconhecida como algo simples. Sua complexidade vai além, e atinge outras esferas da vida do ser social. Em resumo, podemos descrevê-la da seguinte forma: 1. relação alienada do homem com a natureza, com os produtos da sua atividade; 2. trabalhador alienado do processo de produção, uma atividade alheia a si; 3. o homem deixa de produzir-se como “ser universal” da natureza, como ser genérico, e passa a construir um ser individual que se auto-realiza na parcialidade limitada, e não mais na universalidade singular do homem; 4, alienação do homem com outros homens. E, por último, mas não menos importante, temos a transformação dos processos de alienação econômica em uma entidade externa ao homem, como se conjurada magicamente e que ganha vida própria, sem ninguém a controlá-la, como uma espécie de potência alheia aos nossos desejos e interesses, que Marx chamou de fetichismo da mercadoria.

Em *O Capital* (1867), Marx descreve a mercadoria como uma espécie de artefato mágico capaz de ocultar as relações humanas envolvidas na produção do objeto. Antes da análise marxiana sobre o capital, o capitalismo era descrito pelos economistas vulgares como um imenso sistema de circulação e troca de bens. O processo de trabalho humano, que confere vida, valor, forma e conteúdo ao capitalismo, desaparece nas brumas ideológicas da economia vulgar, como um feitiço. Coube a Marx desvendar o fetichismo da mercadoria e seu caráter desumano, coisificado como decorrente de relações sociais de produção, e não de uma característica intrínseca aos objetos.

O fetichismo da mercadoria, *que pressupõem uma teoria da alienação*, é, na verdade, uma manifestação da alienação econômica numa determinada sociedade histórica, a capitalista. Podemos dizer, assim, que, enquanto a alienação é um processo que perpassa diversos modos de produção, e diversas modalidades – religiosa, política –, o fetichismo da mercadoria é uma particularidade econômica do modo de produção capitalista. Com a formulação da categoria *fetichismo da mercadoria*, Marx determina a raiz sócio-econômica da generalidade da alienação contida nos *Manuscritos de 1844*. Inter-relacionando alienação, valor, trabalho e propriedade, o nosso autor transcende (no sentido hegeliano da categoria *aufhebung*) a crítica filosófica da economia política, elevando-a a um novo patamar, na qual a economia política ganha uma nova perspectiva de mundo – o materialismo histórico –, um novo método – a dialética – e um objeto desnaturalizado, histórica e socialmente determinado – o modo de produção capitalista. Em suma, a agenda de pesquisa de Marx não sofreu qualquer tipo de corte epistemológico, como proposto por Louis Althusser, mas seguiu uma linha sinuosa e contraditória, na qual o tema da alienação pode ser destacado como um dos seus eixos condutores: antigos elementos são abandonados, outros são revistos e aperfeiçoados, tudo isto dentro de uma mesma unidade e coerência teórico-metodológica e de um posicionamento político, a saber, de abolição do capitalismo para a emergência do socialismo e, posteriormente, do comunismo.

A crítica da economia política, extenso projeto de pesquisa que ocupou mais de vinte anos da vida de Karl Marx, tem um caráter positivo, ou seja, traz em si a negação e a superação, a proposta de algo novo que nasce do velho, uma nova organização societal de libertação do homem dos grilhões do capital. Sendo uma categoria historicamente verificável, a alienação é uma realidade social produto de complexas interações entre diversos sujeitos e classes sociais, e por isto, suscetível a mudanças, como possíveis avanços, regressões e até mesmo o seu desaparecimento completo, de acordo com certas premissas históricas. Era nisto que Marx acreditava quando escreveu sobre a sociedade comunista – o reino da liberdade – onde desapareceriam a propriedade privada, a divisão social do trabalho, o dinheiro, o Estado e as classes. Os produtores diretos se livrariam, assim, da “maldição eterna” do trabalho alienado, se tornando livres e capazes tanto de suprirem suas necessidades materiais quanto desenvolverem ao máximo suas capacidades individuais e o gênero humano universal.